ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO OFICIAL DO PREGÃO PRESENCIAL TIPO MENOR PREÇO Nº 025/2017.

EDITORA RAÍZES LTDA. – EPP, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 16.880.052/0001-30, sediada na Rua 132 – A, n° 110, QD. F 45ª, Lote 3, Setor Sul., Goiânia-GO, fone: (62) 3095-8700, neste ato representada por Gean Alaesse Cordeiro, vem, com o devido respeito, apresentar

IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

do PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2017, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

I – DA TEMPESTIVIDADE
Preleciona o artigo 41 da Lei nº 8.666/93:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 2o Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso. (grifei)

§ 3o A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

A presente impugnação está sendo apresentada atempadamente vez hoje são 25/11/2015 e o procedimento licitatório está previsto para ocorrer no dia 30/11/2015.


II – DA AUSÊNCIA DE PREVISÃO PARA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL – CERCEAMENTO DE DEFESA E OFENSA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

Conforme se constata após a leitura do Edital do Pregão Presencial nº 025/2017, não há qualquer previsão quanto à possibilidade de impugnação ao edital licitatório.

Ocorre que a empresa EDITORA RAÍZES LTDA. – EPP discorda da forma como foi elaborado o edital tendo em vista a ausência de exigência de qualificação técnica na forma legal no que se refere à comprovação de jornal estadual de grande circulação atestado “por certificador independente, de notório reconhecimento regional ou nacional”, conforme dispõe o art. 2º, XVI, da Lei Estadual nº 17.928/12.

III – DA SÍNTESE DOS FATOS

Foi publicado pela Universidade de Rio Verde o Edital referente à licitação na modalidade Pregão Presencial, tipo
Menor Preço (por item), para CONTRATAÇÃO DE JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DE GOIÁS.

Conforme a publicação supra, o objeto da licitação é a “.....contratação de jornal de grande circulação no Estado de Goiás para prestação de serviços, de forma estimativa, de publicação legal de extratos de editais e contratos, bem como outros documentos que exigem referida publicidade para UniRV – Universidade de Rio Verde, de acordo com as especificações e quantitativos constantes do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.”. (grifei)

Por conseguinte o ANEXO I, acima mencionado, dispõe que:

“....a referida contratação tem por justificativa a exigência legal, segundo a Lei 8666/93, de publicação de extratos e editais para cumprir ao princípio da publicidade nos certames...

....Será considerado Jornal de Grande Circulação aquele que tiver circulação diária de, no mínimo, 20.000 (vinte mil) exemplares, que deverá ser comprovado através de certidão emitida por instituto ou órgão verificador de circulação ou por outro meio idôneo.....”

O item 7 do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2017, ora impugnado, traz o seguinte:
7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. O envelope n. 02, devidamente lacrado e rubricado no fecho, identificado conforme item 5.1 deste edital, deverá conter a documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal e ao cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, em conformidade com as previsões a seguir........

......7.5. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação complementar:

............

7.5.2. Atestado ou Declaração de capacidade técnica, fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa já prestou serviços compatíveis como objeto desta licitação – Anexo VIII.

7.5.2.1. O atestado deverá ser emitido em papel timbrado e contendo todos os dados da empresa ou órgão emissor, bem como a individualização de seu signatário, cargo, telefones, e-mail ou qualquer outro elemento que permita a identificação do contato........"
Mais adiante o item 8.15 aduz que:

8.15. Constatado o atendimento das exigências de habilitação fixadas no edital, o licitante com menor preço será declarado vencedor.

Entretanto, não obstante a presente licitação tenha como objeto a "contratação de jornal de grande circulação no Estado de Goiás para prestação de serviços, de forma estimativa, de publicação legal de extratos de editais e contratos, bem como outros documentos que exigem referida publicidade para UniRV – Universidade de Rio Verde", o seu edital está em completa dissonância com os ditames legais no que se refere à forma de comprovação de jornal de grande circulação no Estado de Goiás.

Para melhor esclarecer, a Lei 17.928/12 que dispõe sobre normas suplementares de licitações e contratos pertinentes a obras, compras e serviços, bem como convênios, outros ajustes e demais atos administrativos negociais no âmbito do Estado de Goiás, dispôs em seu art. 2º a definição de Jornal de Grande Circulação, senão vejamos:
Art. 2° Para os fins desta Lei, adotar-se-ão as definições da legislação federal pertinente, às quais se acrescentam as seguintes:

XVI – jornal estadual de grande circulação – é o que possua tiragem diária e abrangência de distribuição em no mínimo 60% (sessenta por cento) dos municípios do Estado, estes com pelo menos o mesmo percentual de participação no total da população estadual, atestadas por certificador independente, de notório reconhecimento regional ou nacional.

(grifei)

Nesse contexto, percebe-se que a QUALIFICAÇÃO TÉCNICA constante no Edital N° 025/2017 (Atestado ou Declaração de capacidade técnica, fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado), e em seu Anexo I
(...circulação diária de, no mínimo, 20.000 (vinte mil) exemplares....), no que se refere à EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO, não atendem aos ditames legais, em completa afronta ao princípio da legalidade e da impessoalidade uma vez que o art. 2º, XVI, da Lei Estadual nº 17.928/12, acima mencionado, que rege os procedimentos licitatórios no estado é cristalino quanto à exigência de abrangência em “...no mínimo 60% (sessenta por cento) dos municípios do Estado, estes com pelo menos o mesmo percentual de participação no total da população estadual, atestadas por certificador independente, de notório reconhecimento regional ou nacional....”.

Sendo assim, as ilegalidades apontadas devem ser sanadas pela presente impugnação, vez que tal situação traz inssegurança aos licitantes e, principalmente, prejuízo à UniRV que não atingirá seus objetivos com as publicações dos seus Editais que poderão ser publicados em jornais de circulação restrita.

IV – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Em decisão proferida em 30 de novembro de 2015, em caso semelhante – Processo nº 201504282501 - (Doc.anexo), o Dr. Thulio Marco Miranda Juiz de Direito da
Comarca de Senador Canedo, “em caso semelhante”, SUSPENDEU liminarmente o procedimento licitatório do PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2015 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO por ausência de exigência de qualificação técnica para a publicação dos atos licitatórios do município por entender que “...a exigência de comprovação de qualificação ou aptidão técnica encontra-se prevista nos arts. 30 da Lei 8.666/93 e 4º, XIII, da Lei 10.520/02, bem como se apresenta razoável e proporcional, já que se trata de licitação para publicação de editais em jornal de grande circulação....”.

Conforme delineado na exposição fática, o princípio da publicidade não está sendo observado no Edital do Pregão Presencial nº 025/2017, devido à omissão da exigência de “Qualificação Técnica” dos licitantes no que se refere à exigência de comprovação de jornal de grande circulação (Art. 2º, XVI, Lei 17.928/12), em afronta ao que preleciona o art. 37 da Carta Constitucional, senão vejamos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (grifei)
Vejamos o que dispõe a Lei 8.666/93 que estabelece normas gerais sobre licitações, *in verbis*:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será *processada e julgada em estreita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.* (grifei)
§ 1º É vedado aos agentes públicos:

1 - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades
controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Para exemplificar, no que tange à ausência da devida publicidade no processo licitatório, o artigo 21 da Lei de Licitação dispõe que os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência no mínimo, por uma vez:

(...)  
II □ no Diário Oficial do Estado, ou do Distrito Federal quando se tratar, respectivamente, de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Estadual ou Municipal, ou do Distrito Federal; III-em jornal diário de grande circulação no Estado e também, se houver, em jornal de circulação no Município ou na região onde será realizada a obra, prestado o serviço, fornecido, alienado ou alugado o bem, podendo ainda a Administração, conforme o vulto da
licitação, utilizar-se de outros meios de divulgação para ampliar a área de competição.□(grifei)

Conclui-se, portanto, que o objeto do certame que abrange "Prestação de Serviços de publicação de atos licitatórios", obrigatoriamente em jornais de grande circulação, não pode ser executado por jornal que não preenche o requisito de comprovação de "jornal de grande circulação", exigência que deve constar no edital do certame.

Mais adiante o art. 27 da Lei de Licitações traz o seguinte:

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

I - habilitação jurídica;

II - qualificação técnica;

III - qualificação econômico-financeira;

IV – regularidade fiscal;

IV – regularidade fiscal e trabalhista;
No que se refere à documentação referente à qualificação técnica, o art. 30 da mesma lei aduz que:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica
limitar-se-á a:

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade 

pertinente e compatível em características, quantidades e 
prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações 
e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e 
disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem 
como da qualificação de cada um dos membros da equipe 
técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

E, ainda, a Lei 17.928/12 que dispõe sobre 
normas suplementares de licitações e contratos pertinentes a obras, 
compras e serviços, bem como convênios, outros ajustes e demais 
atos administrativos negociais no âmbito do Estado de Goiás, 
dispõs em seu art. 2º a definição de Jornal de Grande Circulação, 
senão vejamos:
Art. 2º Para os fins desta Lei, adotar-se-ão as definições da legislação federal pertinente, às quais se acrescentam as seguintes:

XVI – jornal estadual de grande circulação – é o que possua tiragem diária e abrangência de distribuição em no mínimo 60% (sessenta por cento) dos municípios do Estado, estes com pelo menos o mesmo percentual de participação no total da população estadual, atestadas por certificador independente, de notório reconhecimento regional ou nacional. (grifei)

Nesse diapasão, em virtude da OMISSÃO ora apontada na presente impugnação, não há como proceder a averiguação de Qualificação Técnica dos licitantes para a futura execução do objeto do Edital do certame.

É cediço que quando a lei exige publicação em jornais de grande circulação no Estado, bem como no Município, esta inobservância pode causar defeito no próprio concurso, defeito este concernente à redução do número de participantes,
restringindo a competitividade e, por conseguinte, causando enormes prejuízos à administração e à comunidade local, incorrendo o administrador em ato de improbidade administrativa.

Nesse sentido:

Relator: Antonio Carlos Villen, Data de Julgamento:
23/04/2012, 10ª Câmara de Direito Público, Data de
Publicação: 25/04/2012) (grifei)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - LICITAÇÃO -
AUSÊNCIA DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL EM JORNAL DE
GRANDE CIRCULAÇÃO - HABILITAÇÃO DE APENAS UMA
EMPRESA - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA -
ART. 11, INCISO IV DA LEI 8.429/92 - PROVIMENTO. (TJ-
MS - AC: 7808 MS 2006.007808-7, Relator: Des. Luiz Carlos
Santini, Data de Julgamento: 15/08/2006, 2ª Turma Cível,
Data de Publicação: 18/09/2006) (grifei)

Em outras situações a ausência da publicação em jornal de grande circulação é requisito basilar para a validade dos editais, vejamos:
APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS A ARREMATAÇÃO.
NULIDADE DO EDITAL DE HASTA PÚBLICA. JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO. PREJUÍZO PARA A PARTE.
AUSÊNCIA. 1. Há de ser decretado nulo o edital de hasta pública, quando este não for publicado em jornal de grande circulação, hipótese incorrente no caso concreto. 2. Todavia, se o edital foi publicado em jornal diário e não ocorrer prejuízo para a parte, mormente quando o valor da arrematação foi superior ao da avaliação, não há que se falar em nulidade. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJGO, APELCAO CIVEL 409101-34.2010.8.09.0029, Rel. DR(A). JOSE CARLOS DE OLIVEIRA, 3A CAMARA CIVEL, julgado em 18/10/2011, DJe 934 de 03/11/2011) (grifei)
PROCESSUAL CIVIL, ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO.

JUIZ FEDERAL WILSON ALVES DE SOUZA, Data de Julgamento: 10/09/2013, 5ª TURMA SUPLEMENTAR, Data de Publicação: e-DJF1 p.714 de 20/09/2013 (grifei)

Joel de Menezes Niebuhr, in Princípio da Isonomia na Licitação Pública, Florianópolis, Obra Jurídica, 2000, assim leciona:

“Vinculando o procedimento à lei, a sua observância passa a ser condição apriorística para a implementação dos demais princípios aplicáveis ao instituto. No que tange à isonomia, esta é vestibularmente assegurada em razão da obediência aos parâmetros fixados na lei. Todos são tratados na mesma forma, subordinando-se às mesmas regras e condições da contratação. Se, para alguns o procedimento for enrijecido e para outros for suavizado, não há isonomia. O procedimento legal parifica todos os licitantes, constituindo-se elemento primário para a concreção da igualdade.”
Em outras palavras, não sendo observado o princípio da legalidade, o princípio da isonomia estará consequentemente comprometido.

Deflui daí que as irregularidades apontadas mostram-se suscetíveis de acarretar tratamento desigual às partes no processo, ou de desnaturar o propósito da divulgação dos editais.

Em suma, a publicação dos editais por intermédio de jornais de pequena circulação e, ainda, de abrangência restrita, são dissonantes com a transparência, lisura e imparcialidade que os procedimentos da administração pública devem ser regidos, bem como pode criar casuismos ou a construção de exceções particulares com o fito de atender a interesses avessos ao princípio da publicidade, em detrimento da ordem constitucional e da lei.

Assim, deve a administração se resguardar de forma eficaz para prevenir possíveis irregularidades no certame e, por conseguinte, atender aos preceitos que devem permear os procedimentos licitatórios.

IV – DOS PEDIDOS

Pelass razões acima delineadas, a EDITORA RAÍZES LTDA. – EPP, REQUER seja a presente impugnação acolhida e julgada procedente e, por conseguinte, seja
RETIFICADO o EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N° 025/2017, incluindo no edital o item de “Qualificação Técnica” com a exigência de abrangência em “...no mínimo 60% (sessenta por cento) dos municípios do Estado, estes com pelo menos o mesmo percentual de participação no total da população estadual, atestadas por certificador independente, de notório reconhecimento regional ou nacional....”, constando a inclusão da exigência de “QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS LICITANTES A SER COMPROVADA POR APRESENTAÇÃO DE ÁTESTADO ATUALIZADO EXARADO POR CERTIFICADOR INDEPENDENTE, DE NOTÓRIO RECONHECIMENTO REGIONAL OU NACIONAL, DECLARANDO QUE O LICITANTE É JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO, nos moldes da Lei Estadual nº 17.928/12”, medida que se impõe para sanar a omissão apontada e atender ao objeto do certame constante no item I ¹ e, principalmente, aos preceitos das Leis de Licitações.

Nesse mesmo contexto, REQUER seja acolhida a presente impugnação contra o ato convocatório e SEJA DESIGNADA NOVA DATA PARA A REALIZAÇÃO DO CERTAME, com o Edital devidamente retificado conforme acima requerido.

¹ “contratação de jornal de grande circulação no Estado de Goiás para prestação de serviços, de forma estimativa, de publicação legal de extratos de editais e contratos, bem como outros documentos que exigem referida publicidade para UniRV – Universidade de Rio Verde, de acordo com as especificações e quantitativas constantes do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.”
Nestes termos,
Pede e espera deferimento.
Goiânia, 31 de março de 2017.

Gean Alaesse Cordeiro
EDITORA RAIZES LTDA. – EPP
Representante Legal
Protocolo: 201504282501

DECISÃO

Trata-se de pedido de liminar formulado na petição inicial do mandado de segurança impetrado por EDITORA RAÍZES LTDA - EPP em face de ato praticado pelo PREGOEIRO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2015 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO e do PREFEITO DE SENADOR CANEDO, partes devidamente qualificadas.

Sustenta a parte impetrante que a ausência de exigência referente à qualificação técnica dos licitantes no Edital de Pregão Presencial nº 048/2015, previsto para 30 de novembro de 2015, às 14:00 horas, está em desconformidade com os princípios constitucionais e a Lei de Licitações.

Desta forma, pretende a suspensão daquela sessão pública até o julgamento do presente mandamus, em sede de liminar. No mérito, requer o reconhecimento da nulidade questionada, com nova publicação do edital ou, subsidiariamente, a retificação do edital existente com a inclusão da qualificação técnica.

Com a inicial, vieram os documentos de fl. 26/80.

É o sucinto relatório.

DECIDO.

Para a concessão da medida liminar almejada, faz-se necessário o atendimento simultâneo dos requisitos tradicionalmente denominados de fumus boni juris e periculum in mora.

Veja-se o teor do art. 7º, III, da Lei 12.016/09:

"Art. 7º. Ao despachar a inicial, o juiz ordenará: (?) III ? que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, sendo facultado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica."

Da análise sumária do caso submetido a exame, é possível perceber que a parte impetrante logrou êxito em demonstrar a plausibilidade jurídica do pedido formulado.

Com efeito, a exigência de comprovação de qualificação ou aptidão técnica encontra-se prevista nos arts. 30 da Lei 8.666/93 e 4º, XIII, da Lei 10.520/02, bem como se apresenta razoável e proporcional, já que se trata de licitação para publicação de editais em jornal de grande circulação.

A urgência da medida pleiteada mostra-se, no mais, evidente, vez que o início da sessão está
prevista para ocorrer no dia de hoje, a partir das 14:00 horas.

Ademais, a realização do certame poderia trazer prejuízos a terceiros de boa-fé, possíveis vencedores da licitação.

Desta forma, o acolhimento do pleito é medida que se impõe.

Ante o exposto, desfiro o pleito liminar, para determinar a imediata suspensão do Pregão Presencial nº 048/2015.

Notifiquem-se as autoridades coatoras para o cumprimento da presente decisão, bem como para que prestem as informações pertinentes, no prazo de 10 (dez) dias.

Cientifique-se o órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada para que, querendo, ingresse no feito, conforme art. 7º, II, da Lei 12.016/09.

Após o decurso do respectivo prazo, abra-se vista ao Ministério Público.

Intimem-se.

Senador Canedo, 30 de novembro de 2015.

THULIO MARCO MIRANDA
Juiz de Direito
SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA

EDITORA RAIZES LTDA - EPP
16.880.052/0001-30

SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL: ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO.


Os Sócios acima qualificados, proprietários da empresa EDITORA RAIZES LTDA - EPP, inscrita no CNPJ. (MF) sob n.º 16.880.052/0001-30, com sede e foro na rua 132-A n.º 110, QD.F45A LT.03 Setor Sul, Goiânia-Go. CEP 74.093-220, com contrato devidamente arquivado na JUCEG sob n.º 52203127438 por despacho de 27/08/2012;

I – Alterar o Endereço da sociedade passando para a Rua 132-A n.124 Qd.F45A, Lt.04, Setor Sul, Goiânia – Go, Cep – 74.093-220;

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA

EDITORA RAIZES LTDA - EPP
16.880.052/0001-30


Os Sócios acima qualificados, proprietários da empresa EDITORA RAIZES LTDA - EPP, inscrita no CNPJ. (MF) sob n.o 16.880.052/0001-30, com sede e foro na rua 132-A n.º 124 QD.F45A LT.04 Setor Sul, Goiânia-Go. CEP 74.093-220, com contrato devidamente arquivado na JUCEG sob n.o 52203127458 por despacho de 27/08/2012;

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DENOMINAÇÃO SOCIAL:

A sociedade gira sob a denominação social EDITORA RAIZES LTDA - EPP e tem como nome de fantasia O HOJE.COM, a qual rege pelo presente instrumento e pelas leis em vigor.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SEDE SOCIAL:


CLÁUSULA TERCEIRA – DA DURAÇÃO E INICIO DA ATIVIDADE:

A sociedade iniciou suas atividades em 03/08/2012, é por tempo indeterminado, podendo a qualquer momento, a critério dos sócios, ou por justa causa, mediante balanço de encerramento das atividades, dentro das disposições do Código Civil (Lei 10.406/2002);
CLÁUSULA QUARTA – DO OBJETO SOCIAL:
O Objeto Social da empresa é: EDIÇÃO E IMPRESSÃO DE LIVROS, JORNAL, REVISTAS E OUTRAS PUBLICAÇÕES PERIODICAS, PROPRIA OU SOB ENCOMENDA E PUBLICIDADES.

CLÁUSULA QUINTA – DO CAPITAL SOCIAL:
O Capital Social é de R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais), dividido em 50.000(cinquenta mil) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizado neste ato, em moeda corrente do país, ficando assim distribuído entre os sócios:

<table>
<thead>
<tr>
<th>SÓCIOS</th>
<th>COTAS</th>
<th>(%)</th>
<th>VALORES</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>GEAN ALAESSE COREDEIRO</td>
<td>49.500</td>
<td>99</td>
<td>R$ 49.500,00</td>
</tr>
<tr>
<td>REGINA CÉLIA CORDEIRO RODRIGUES</td>
<td>500</td>
<td>1</td>
<td>R$ 500,00</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>50.000</td>
<td>100</td>
<td>R$ 50.000,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS:
A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social, nos termos do art.1052 da (Lei Federal 10.706/2002):

CLÁUSULA SETIMA – DA ADMINISTRAÇÃO:
A administração dos negócios sociais cabe ao sócio: GEAN ALAESSE CORDEIRO que fará uso da denominação social, assinando isoladamente, nos negócios de interesse da sociedade. É proibido aos sócios administradores, servir-se da sociedade em transações para benefício próprio ou de terceiros, quer para prestar fiança, calção, alvará, endosse e ainda a pratica de qualquer ato da mesma natureza, com riscos para a sociedade sobre pena de nulidade dos mesmos, bem como adquirir, alienar ou onerar direitos e bens moveis e imóveis, em suas deliberações o sócio administrador adotará preferencialmente a forma estabelecida no § 3º do Art. 1072 do Código Civil (Lei 10.406/2002);
CLÁUSULA OITAVA – DO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO SOCIAL:
A 31 de dezembro de cada ano será levantado balanço patrimonial geral da sociedade e, os lucros ou prejuízos apurados serão distribuídos entre os cotistas, na proporção das quotas sociais;

CLÁUSULA NONA – DA TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS:
Os sócios gozarão de recíproco direito de preferência para aquisição de quotas da sociedade que são indivisíveis. As quotas não podem ser cedidas ou transferidas a terceiros, sem o expresso consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preços, o direito de preferência para a sua adquiri-la na forma da Lei;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RETIRADAS:
A título de pró-labore os sócios administradores farão jus a uma retirada mensal, convencionada livremente, observando regras gerais e a legislação que regula a matéria;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONSELHO FISCAL:
Fica estabelecido que a sociedade não tenha conselho fiscal;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE:
A sociedade se dissolverá nos casos previstos em Lei ou por decisão unânime dos sócios. No caso de falecimento, ou interdição de um dos sócios ficarão os seus herdeiros encarregados de procederem ao acervo de seus haveres ou obrigações, num prazo de 90 (noventa) dias contados da data do evento, não implicando, portanto na dissolução da sociedade, aplicando, em cada caso, o que estabelece a legislação vigente, no caso de interesse de vendas das quotas por parte dos herdeiros, obedecerá aos critérios preestabelecidos na cláusula 9ª (nona) deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OMISSÕES:
O que fica omissio no presente contrato será regulamentado pela legislação vigente, aplicável a cada caso, ficando eleito o foro desta cidade para dirimir qualquer demanda oriunda do presente contrato, renunciando-se as partes a qualquer outro, seja qual vantagem oferecer;
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DESEMPEDIMENTO DOS ADMINISTRADORES:

Os Administradores declaram sob pena da Lei que não estão incursos em quaisquer dos crimes previstos em Legislação ou restrições legais que possa impedir-lo de exercer atividades mercantis;

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 01 (uma) via.

Goiânia, GO, 22 de outubro de 2015

GEAN ALAÍSSE CORDEIRO

REGINA CÉLIA CORDEIRO RODRIGUES
